

## *Contrastes regionais de desenvolvimento*

[Gaúchos e catarinenses têm azeitado instituições locais que favorecem processos descentralizados de desenvolvimento]

*Valor*, terça 25/03/03

Apesar de ser o Estado mais rico do país, São Paulo não é o mais desenvolvido. A recente divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2000 (IDH-M), revelou que é tão forte a superioridade dos catarinenses e dos gaúchos nas duas outras dimensões relevantes – longevidade e escolaridade – que eles superaram os paulistas no campeonato de desenvolvimento promovido pelo Pnud. Por isso, dar atenção às diferenças de desempenho entre esses três Estados pode ser muito elucidativo, particularmente para quem ainda acredita que crescimento e desenvolvimento sejam sincrônicos.

São Paulo concentra 30% das empresas, 31% dos empregos e mais de 38% da renda gerada pela economia formal brasileira. Como fica fora desse cálculo quase todo o setor primário, no qual são raros os empreendimentos com CNPJ, pode-se supor, que a economia paulista abranja bem mais de um terço das empresas e dos empregos, e algo que se aproxima da metade da renda real do país. Não é de se estranhar, então, que seja mais elevada a renda per capita dos municípios paulistas. Em média, ela é 7% mais alta que a dos catarinenses e 10% superior à dos gaúchos. Situação que se inverte com as médias do IDH-M: 0,791 em SC, 0,783 no RS e apenas 0,779 em SP. Um contraste que decorre do sofrível desempenho social de muitos municípios paulistas.

Para procurar as raízes desse paradoxo, é bom começar pelo aspecto que melhor espelha a diferença: a distribuição dos municípios de cada Estado segundo as três categorias definidas pelo Pnud. Como nenhum dos 1.405 municípios dos três Estados está em situação de baixo desenvolvimento (IDH menor que 0,500), a comparação se resume aos dois grupos superiores: médio (IDH entre 0,500 a 0,800) e alto (IDH superior a 0,800). Têm alto desenvolvimento 42% dos municípios catarinenses, 37% dos gaúchos, e somente 26% dos paulistas. Certo, o Estado de São Paulo é maior e tem mais municípios. Mas essa desculpa fica em farrapos quando ele é comparado à soma dos dois Estados sulinos. Juntos têm 760 municípios, dos quais 293 (39%) com alto desenvolvimento, enquanto só há IDH superior a 0,800 em 171 dos 645 municípios paulistas. E a superioridade sulista fica ainda mais patente quando são considerados separadamente os indicadores sociais que compõem o IDH. Por exemplo, no grupo formado pelos municípios de alto desenvolvimento, a média de esperança de vida é de 75 anos em Santa Catarina, 74,4 no Rio Grande, e 73,4 em São Paulo. Para todos os outros indicadores o que varia é a primeira colocação, disputada pelos dois sulinos. São Paulo é sempre o terceiro...

Não há explicação razoável para esse fenômeno que não passe pelo escandaloso atraso das instituições paulistas de desenvolvimento regional. Falou-se muito em “interiorizar o desenvolvimento”, mas na prática se

favoreceu a macrocefalia criada pelo triunvirato metropolitano. Pior: ao contrário dos governos sulistas, que estimularam e valorizaram as articulações intermunicipais de escala microrregional, os governos paulistas pós-Montoro retrocederam a um relacionamento capilar com os prefeitos e regrediram a uma obsoleta divisão político-administrativa que despreza a hierarquia urbano-rural, as bacias hidrográficas, as infraestruturas, as cadeias produtivas, etc.

Enquanto gaúchos e catarinenses azeitavam instituições locais que favoreciam processos descentralizados de desenvolvimento, os paulistas reforçavam as que inibem o dinamismo e a modernização da maioria de suas microrregiões. Ou seja, o subdesenvolvimento relativo do Estado de São Paulo é antes de tudo institucional e fica patente no próprio debate sobre desenvolvimento regional. Enquanto no Sul já se discute quais seriam as melhores formas de gestão de agências de desenvolvimento local criadas por dinâmicos consórcios intermunicipais microrregionais, em São Paulo se procura tapar o sol com a peneira, através de novas fórmulas de amparo paternalista a municípios mais atrasados sem o envolvimento solidário de seus vizinhos mais avançados.

É esse chocante contraste de qualidade das instituições regionais que também explica porque alguns programas do governo FHC tiveram êxitos espetaculares nos dois Estados do extremo sul e fracassaram no Estado mais rico do país. Um exemplo é o Banco da Terra (agora ameaçado de extinção pelo interesse político do MST somado à mediocridade sectária dos petistas da Contag). Apesar de inúmeras limitações, esse programa teve um sucesso estrondoso entre os agricultores catarinenses e gaúchos porque foi imediatamente adotado por pequenas Associações de Municípios que já estavam sedimentadas por décadas de cooperação e solidariedade microrregional. Em São Paulo, ao contrário, o programa foi seqüestrado pela Força Sindical, o que só serviu para escancarar o infantilismo institucional que vitima quase todo o interior do Estado.

Mas é possível reverter em poucos anos essa atrofia paulista. Basta que não se desperdice a excelente oportunidade oferecida pela elaboração do PPA 2004-2007 como instrumento fundamental de amadurecimento institucional das regiões. Além de três metropolitanas adjacentes, há no Estado 10 aglomerações, 11 centros urbanos, e 69 verdadeiras cidades que, em conjunto, polarizam 450 municípios rurais. Um lindo mosaico de 50 microrregiões bem diversificadas, mas que ainda não se organizaram em torno de suas identidades e vocações. Em vez disso, os municípios paulistas são agredidos por um confuso emaranhado de subdivisões administrativas estabelecidas de cima para baixo. Na contramão de Santa Catarina, por exemplo, onde a regionalização surgiu de baixo para cima. Os municípios catarinenses se organizaram em 21 microrregiões - conhecidas como "regiões das associações" - que começaram a surgir na década de 1960, estimuladas pelo financiamento do Serphau à elaboração de planos de desenvolvimento integrado de escala microrregional. Um exemplo a ser emulado em todo o Brasil, a começar por São Paulo. E que hoje pode contar com a valiosa ajuda do zoneamento ecológico-econômico!

---

José Eli da Veiga, professor titular da FEA-USP, Diretor Executivo da Fundação Seade, e autor de *Cidades Imaginárias* (Ed. Autores Associados, 2002), escreve quinzenalmente às terças-feiras.  
Home page: [www.econ.fea.usp.br/zeeli/](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/)

